




## A ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS E SEUS ENCONTROS: DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA AO “FALA PROFESSOR(A)” — FORMAÇÃO DA COMUNIDADE, AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE E DEFINIÇÃO DE PROJETO POLÍTICO

*THE ASSOCIATION OF BRAZILIAN GEOGRAPHERS AND ITS MEETINGS: FROM THE ORDINARY GENERAL ASSEMBLY TO “FALA PROFESSOR(A)” — COMMUNITY FORMATION, IDENTITY AFFIRMATION AND POLITICAL PROJECT DEFINITION*

 Charles da França Antunes <sup>A</sup>  
 Astrogildo Luiz de França Filho <sup>A</sup>  
 Felipe Moura Fernandes <sup>A</sup>

<sup>A</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP), São Gonçalo, RJ, Brasil

Recebido em: 30/06/2023 | 10/07/2023 DOI: 10.12957/tamoios.2023.77396

Correspondência para: Charles da França Antunes (charlesdafranca@gmail.com)

### Resumo

Do ponto de vista do método, o objetivo deste ensaio é demonstrar como as “rupturas” e as “continuidades” ou “tempo curto” e o “tempo longo” auxiliam na compreensão do “tempo histórico” em sua dimensão “estrutural”. Nesses termos, vale ressaltar que não estamos comprometidos com a construção de narrativa que dê conta de uma história do “início” ao “fim”, mas pretendemos demonstrar como os diferentes encontros realizados no âmbito da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), ajudam a compreender a dinâmica da associação nos últimos 80 anos. Diante dessa premissa, também entendemos a possibilidade de contribuir para a compreensão do pensamento geográfico brasileiro desses mesmos períodos — décadas de 1940, 1950, 1970 e 1980 — e, por consequência, do tempo presente. O que pretendemos com o texto é apresentar, no conjunto da diversidade de eventos, os que foram inaugurais em cada modalidade e assim poder compreender, à luz das transformações, mediadas em seus processos históricos amplos, o surgimento, a realização e as características da primeira edição da Assembleia Geral Ordinária da AGB, em 1946; do primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), em 1954; do primeiro Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), em 1972; do primeiro Encontro Nacional de Ensino de Geografia — “Fala Professor”, em 1987.

**Palavras-chave:** Associação dos Geógrafos Brasileiros; Eventos Científicos; Comunidade Científica; Geografia Brasileira; Processos Históricos

### Abstract

From the point of view of method, the objective of this essay is to demonstrate how “ruptures” and “continuities” or “short time” and “long time” help to understand “historical time” in its “structural” dimension. In these terms, it is worth noting that we are not committed to building a narrative that tells a story from “beginning” to “end”, but we intend to demonstrate how the different meetings held within the scope of the Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) help to understand the dynamics of the association over the past 80 years. Given this premise, we also understand the possibility of contributing to the understanding of Brazilian geographic thought in those same periods — the 1940s, 1950s, 1970s and 1980s — and, consequently, of the present time. What we intend with the text is to present, in the set of the diversity of events, those that were inaugural in each modality and thus be able to understand, in the light of the transformations, mediated in its broad historical processes, the emergence, the realization and the characteristics of the first edition of the Ordinary General Assembly of the AGB, in 1946; the first Brazilian Congress of Geographers (CBG), in 1954; the first National Meeting of Geographers (ENG), in 1972; of the first National Geography Teaching Meeting — “Fala Professor”, in 1987.

**Keywords:** Association of Brazilian Geographers; Scientific Events; Scientific community; Brazilian Geography; Historical Processes

## INTRODUÇÃO



Toda história tem um começo, ou poderíamos dizer começos, no plural, na amplitude da diversidade dos acontecimentos e desenrolar dessa história no tempo e no espaço. A história da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), também é a história de realização de seus eventos — Assembleias, Congressos, Simpósios e Encontros, e o contrário, sem seu oposto (mas garantindo o contraditório), também é verdade. A história dos eventos é também a história da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e ao final, por consequência, da própria geografia brasileira.

“A história da ciência tem cumprido um papel de suma importância na formação de concepções em torno de referenciais teóricos e ideológicos que orientam o curso do desenvolvimento científico, redefinem eixos temáticos de investigação, evoluem conceitos e metodologias de pesquisa e, ao mesmo tempo, permitem uma compreensão mais crítica e realista de sua trajetória durante o século XX e início do XXI”. (Godoy, 2010, p. 145)

A história nos ajuda a compreender nossa identidade, como sujeitos e sujeitados a certos processos, como membros participantes de uma comunidade científica (Sousa Neto, 2000).

“A história da ciência exerce também uma função essencial na reestruturação de domínios do conhecimento, fornecendo ao cientista uma imagem de si próprio, da comunidade a que pertence e do significado do seu trabalho. Por meio dela são também forjados e difundidos os mitos e as ideologias que estabelecem coesão, imprimem identidade e relevância sociopolítica à comunidade científica (...)” (Godoy, 2010, p. 146)

As histórias disciplinares desempenham um papel importante na estruturação e reestruturação constantes dos campos de saber, proporcionando aos profissionais que trabalham com a ciência uma visão de si, da comunidade à qual pertencem e o sentido de seu trabalho. Por meio da história da disciplina em suas formas de organização e reunião, se forjam e difundem as ideologias que dão coesão à comunidade científica: quem são seus fundadores, suas figuras mais destacadas, os objetivos e a relevância social de seu trabalho e as relações de cooperação, diálogo ou mesmo conflito com outras disciplinas, ou campos de conhecimento (Capel, 1989).

“As instituições científicas devem ser observadas como portadoras e resultantes de formas históricas de institucionalização de saberes, como produtoras e produtos de determinados tempos e locais, culturas e sociedades, visceralmente conectadas a demandas, grupos, influências, indivíduos, visões de mundo e utopias. Com essa dimensão ampliada poderemos melhor compreender as questões que herdamos, juntamente com nossas instituições e práticas”. (Figueirôa, 1997, p.20)

Passados quase noventa anos desde a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1934, dezenas de edições de diferentes eventos ligados a esta entidade — assembleias, encontros, congressos, simpósios, foram realizadas, durante esse tempo. Alguns eventos, atualmente, não mais existem; já alguns nasceram há poucos anos, enquanto outros



têm longa permanência, na construção da geografia brasileira e na consolidação de sua comunidade geográfica.

“A grande contribuição da AGB ao desenvolvimento da geografia brasileira (...) decorre do fato de que ela reunia geógrafos de pontos diversos do país para debaterem temas e questões e realizar, em conjunto, trabalhos de pesquisa de campo; divulgava os métodos e técnicas e também os princípios dominantes nos centros mais adiantados. Ela difundiu métodos de trabalho numa época em que não havia cursos de pós-graduação em geografia, contribuindo para consolidar a formação dos geógrafos mais novos ou menos experientes. Realizando reuniões em pontos diversos do território nacional e fazendo pesquisas, a AGB deu ensejo a que se conhecessem melhor estas áreas e os seus problemas”. (Andrade, 1987, p. 35)

A partir da perspectiva estrutural do tempo histórico, dessa que é a mais importante associação da Geografia brasileira, podemos afirmar que seus integrantes, associados, membros (diretos e indiretos), se reuniram, se encontraram, realizaram estudos, confrontaram posições, em diversos formatos de encontros, onde todas essas alternativas expressaram pluralidade de contribuições, umas mais restritas e outras mais amplas.

## **A AGB, SEUS EVENTOS E SEUS CAMINHOS**

Algumas observações preliminares se fazem necessárias sobre o significado dos eventos científicos, e sua relação com a ciência e as associações a ela relacionadas. A realização de congressos científicos<sup>1</sup> configura-se como uma das formas efetivas de comunicação inter partes de uma dada ciência, com alcance que pode ser local, ou mesmo internacional. Os congressos científicos fazem parte de um processo mais amplo de formação, de profissionalização, de conformação de um dado campo científico, porque atuam como espaços de reunião, de divulgação de teorias e práticas, tanto para aqueles profissionais já formados, como para os estudantes. Em específico, para os expositores de comunicações, autores de estudos e trabalhos, os congressos e encontros diversos, proporcionam uma valiosa oportunidade de crescimento e reforço de sua situação perante a comunidade científica em formação, ou mesmo aquela já consolidada.

No entanto, a comunidade científica não é uma coletividade dispersa e não pode ser adequadamente compreendida, focando apenas os pequenos grupos locais onde estão inseridos seus integrantes e participantes, diretos e indiretos. A ideia de comunidade científica não pode ser entendida a partir de funcionamento autônomo, alheio a fatores políticos e econômicos. As diversas influências econômicas e sociais presentes na atividade científica, estão presentes no papel que o desenvolvimento científico assume na sociedade capitalista. Existe uma relação condicionante entre a produção de conhecimento científico e a sociedade em sua dinâmica classista, esse fator não pode ser deixado de lado no processo de compreensão da própria ciência e na conformação/ação da comunidade científica. Sendo assim, um campo científico e sua comunidade são elementos que compõem a estrutura da sociedade em sua totalidade, pois os “círculos de afinidades” (Berdoulay, 2017) mantém relações com outros fatores não incluídos



nas competências técnicas e teóricas, não sendo, assim, os cientistas, a ciência e a possível comunidade científica, um ente autônomo da dinâmica social.

Neste sentido, considerar a interdependência das ciências em relação às condições para sua realização é compreender a ciência em sua totalidade. As condições internas, geralmente, dizem respeito às condições da formação dos cientistas, se tiveram ou não oferta de equipamentos, insumos e condições para uma boa formação, se vão encontrar boas condições para exercer sua atividade profissional. No entanto, essas condições internas não estão separadas das condições externas, diretamente relacionadas a fatores político-econômico-culturais da sociedade. Não devemos concebê-las a partir de uma concepção determinista do fazer científico, mas a partir de leitura relacional dos fatores internos e externos, talvez, esteja aí o dever do pensamento científico (Berdoulay, 2003).

Este olhar permite articular elementos históricos, epistemológicos, conceituais, econômicos e sociopolíticos, que se manifestam na ciência, em suas associações e movimentos.

A história de uma entidade quase centenária é sem dúvida alguma, muito rica, intensa e diversa, principalmente quando tratamos de uma associação com as características da AGB, formadora inicial de uma comunidade científica específica, realizadora dos mais importantes eventos e publicações da ciência geográfica, e articuladora das mais significativas transformações da Geografia brasileira ao longo do século XX e início do século XXI.

O que pretendemos nesse artigo, é apresentar, no conjunto dessa expressiva diversidade de eventos, aqueles iniciais de cada modalidade e assim poder compreender à luz das transformações, mediadas em seus processos históricos, o surgimento, realização e características da primeira edição da Assembleia Geral Ordinária da AGB, em 1946; do primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), em 1954; do primeiro Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), em 1972; e por fim, do primeiro Encontro Nacional de Ensino de Geografia — “Fala Professor”, em 1987.

### **A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO) — ASSOCIADOS SE ENCONTRAM, A COMUNIDADE EM FORMAÇÃO**

O período histórico que vai de 1945 a 1964 apresenta características interessantes para além de ser, em uma avaliação retrospectiva, um intervalo entre a ditadura varguista do Estado Novo (1937–1945) e a ditadura estabelecida pelos militares através do golpe civil e militar (1964–1985). Nesse tempo de “experiência democrática” (Ferreira e Delgado, 2015) houve a atuação de intelectuais junto ao estado brasileiro com intuito de “modernizar” o país e resolver problemas candentes, tais como, a “desigualdade social”, o intenso “fluxo migratório” do nordeste para sudeste, o crescimento das cidades acompanhando a desigualdade existente, as grandes taxas de analfabetismo, entre outros. No aspecto geral, intelectuais de diferentes áreas e formações se envolveram em ações políticas que tinham como objetivo combater os problemas em questão. Entre eles, podemos citar Paulo Freire com o seu projeto/programa de alfabetização de adultos e Celso Furtado com as superintendências que tinham como objetivo diminuir a desigualdade regional no país. O contexto também é o da construção de Brasília,



planejada por arquitetos como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer durante o governo de Juscelino Kubitschek. A construção da cidade no planalto central, num ponto central do mapa do Brasil, revela um plano ousado (ou grande delírio modernista), talvez o maior em nosso país. Também é desse momento, o movimento cultural que tem como arauto o músico João Gilberto, a Bossa Nova. O Brasil parecia ficar cada vez mais consciente de si e o estado democrático parecia se desenvolver, enfim, havia uma certo clima de otimismo.

Nesse contexto é que a reforma estatutária ocorrida em 1945 criou na estrutura da AGB duas modalidades de Assembleias Gerais — as Ordinárias, que deveriam ocorrer a cada ano, e sempre que possível, em diferentes localidades do país; e as Extraordinárias, que deveriam ocorrer sempre que necessário na sede da Associação, ou seja, na cidade de São Paulo.

A AGB, em 1945, havia comemorado uma década de existência, mesmo que de forma muito embrionária já dava sinais de continuidade em seu projeto de permanência, realizando debates, renovando diretorias, publicando revistas e boletins, organizando núcleos, ou seja, indicações que o período mais difícil, aquele inicial, havia passado. Os cursos de formação em Geografia já não estavam restritos a São Paulo e Rio de Janeiro, em suas instituições originárias — nesse ano já se encontravam em funcionamento doze cursos de graduação em Geografia no Brasil.

| Cursos de Geografia no Brasil, segundo ano de criação 1934–1945 |                |
|-----------------------------------------------------------------|----------------|
| Universidade                                                    | Ano de Criação |
| Universidade de São Paulo                                       | 1934           |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro                          | 1936           |
| Universidade Federal do Paraná                                  | 1938           |
| Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul           | 1940           |
| Universidade Federal da Bahia                                   | 1941           |
| Universidade Federal de Minas Gerais                            | 1941           |
| Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro              | 1941           |
| Universidade do Estado do Rio de Janeiro                        | 1941           |
| Pontifícia Universidade Católica de Campinas                    | 1942           |
| Universidade Católica de Pernambuco                             | 1943           |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul                       | 1943           |
| Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais                | 1945           |

Fonte: Censo do Ensino Superior/INEP-2002

Tanto a AGB criada em São Paulo, como aquela criada no Rio de Janeiro, nesses anos de existência, já haviam experimentado dezenas de pequenos encontros de estudos, de debates, de apresentação de relatos, em seus locais de origem. É nesse cenário que as AGOs (Assembleias Gerais Ordinárias) são criadas como os primeiros encontros, agora mais ampliados, da comunidade geográfica, e que também vieram com uma forte carga institucional e administrativa.

É considerada a primeira Assembleia Geral Ordinária (AGO) aquela ocorrida na cidade de São Paulo, em 1945, na ocasião da reforma estatutária. No entanto, neste texto, consideramos



a Assembleia Geral Ordinária realizada no ano de 1946, na cidade de Lorena, Estado de São Paulo, entre os dias 21 e 27 de janeiro de 1946, em função do formato, objetivos e alcance, como a primeira, uma vez que aquela de 1945 foi exclusivamente administrativa. A AGO de Lorena, é de fato a primeira assembleia que dará início ao modelo de reunião que a AGB consolidará como sendo aquele pretendido, ou seja, com as condições de reunir os sócios efetivos e cooperadores para se fazer o debate acadêmico de suas produções e, ao mesmo tempo, realizar as atividades necessárias para a efetivação da associação em seu novo projeto.

“Uma Assembleia da Associação dos Geógrafos Brasileiros é uma reunião anual de especialistas provenientes de todos os pontos do País onde a entidade conte com associados, o que, a rigor, coincide com o território nacional. Essas reuniões atendem a vários objetivos. Antes de mais nada, constituem valiosa oportunidade para o encontro de pesquisadores: principiantes e veteranos das lides geográficas aí têm possibilidade de trocar ideias e de absorver experiências úteis. Desse ponto de vista, não seria exagero dizer que a A.G.B. tem sido uma das mais ativas e ecléticas escolas de pesquisa geográfica no país”. (Muller, 1961, p.54)

Com olhar retrospectivo, não resta muita dúvida que as AGOs compuseram um movimento inicial de projetar a AGB academicamente e em escala nacional, tendo como pauta central, o Brasil.

A Assembleia Geral Ordinária de Lorena (1946) ensaiou um modelo de reunião que, além da apresentação de estudos ou teses — submetidas à análise crítica de relatores mais experimentados, havia a realização de trabalhos de campo, efetuados durante alguns dias por grupos organizados e sob orientação de um coordenador. A experimentação desse modelo inicial atingiu uma aprovação que, a partir da Assembleia Anual de Belo Horizonte (1950) já se constituía num modelo que iria continuar com crescente êxito, e o que de fato se deu até 1969.

A escolha da cidade de Lorena para sede da primeira assembleia após a reforma dos estatutos, se deu em função de ser essa cidade a terra natal do professor Aroldo de Azevedo (figura de forte influência na AGB, em São Paulo), e por esse ter ali uma enorme rede de relacionamentos construídos pela inserção de sua família nos círculos principais da vida política e econômica da cidade. Somou-se a isso o fato de estar, a cidade, no meio do caminho entre os dois centros principais de formação em Geografia, onde estavam localizadas as duas Seções Regionais (Rio de Janeiro e São Paulo).

Afinal, o que pretendiam aqueles que estavam à frente da AGB, com a realização das Assembleias Gerais Ordinárias? Qual o significado nesse processo de construção histórica da Associação, a realização dessa primeira Assembleia no formato de uma espécie de primeiro encontro da comunidade?

As assembleias, que, na verdade, eram os encontros que a AGB realizava com os seus sócios, constituíam os espaços de circulação e debate de ideias e da produção da Geografia que se fazia no Brasil, e vez por outra, da produção ocorrida em outros países, principalmente aqueles com os quais o Brasil estabelecia relações científicas com mais frequência — a França, em função de sua presença no país, seja através dos intelectuais aqui radicados, seja através da



matriz teórico-metodológica de grande influência em nosso país naqueles momentos iniciais<sup>2</sup>; os Estados Unidos, num momento posterior, também por influência teórica-metodológica; o Uruguai, pela presença sempre marcante da Associação dos Geógrafos Uruguaios nos eventos realizados pela AGB. Mas era, sobretudo, o Brasil, o tema/assunto mais tratado nos estudos e comunicações apresentadas nas assembleias. A centralidade dos temas no Brasil bate com as necessidades do contexto democrático apresentado no início desta seção, onde era mais do que necessário entender o Brasil para tentar superar os problemas enfrentados: fome, miséria, desigualdade social, crescimento das cidades, êxodo rural, migração, entre outros.

As assembleias, em sua dinâmica de funcionamento, apresentavam proposições que combinavam diferentes componentes organizacionais. O primeiro momento era o da reunião preparatória administrativa, onde eram tratadas as questões administrativas e operacionais que dariam funcionalidade ao restante da assembleia. Nesse momento, eram escolhidos os relatores dos estudos/teses, distribuídas às equipes de trabalho de campo com a escolha dos respectivos coordenadores, apresentadas e aprovadas resoluções e moções.

As contribuições acadêmicas que definiam um pouco desse perfil da AGB tinham lugar nas sessões de estudos. Nessas sessões, eram apresentadas as teses/estudos, as comunicações e conferências, os simpósios e relatórios das pesquisas de campo, bem como os trabalhos de campo, organizados por equipe e por área de atuação.

Nas sessões de estudos, as teses e as comunicações eram apresentadas e debatidas, e a partir da indicação do relator/parecerista, as teses apresentadas eram indicadas ou não para a publicação nos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. As comunicações e os textos produzidos para os simpósios também eram indicados para a publicação nesses mesmos Anais.

O formato da AGO e suas características organizacionais, marcadamente sistemática e com presença de rotinas administrativas, e que se consolidaram no passar das edições, nos parece, que ao longo dos tempos, na soma com o próprio movimento da entidade, dos profissionais e estudantes de Geografia, consolidou uma certa institucionalidade, que de alguma forma contribuiu para a longevidade da AGB, mesmo nos momentos mais difíceis de sua organização. Esse início, com as AGOs, encontra-se naquilo que Monteiro (1980) vai chamar de cruzada agebeana de difusão nacional, e que vai se estender até 1956.

As AGOs ocuparam, assim, o lugar de reunir a comunidade geográfica a partir de interesses acadêmicos, com a apresentação de estudos; de pesquisa, com os trabalhos de campo; administrativos, com a organização da associação; políticos, com a definição de pautas a serem assumidas pela AGB; e por fim, associativas, dando corpo a comunidade, com ressalva para a sua seletividade restrita e pouco democrática.

## **O CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS (CBG) — AFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE**

Passados vinte anos, tanto da criação do primeiro curso de graduação em Geografia no Brasil (USP) quanto da fundação da AGB (1934), o cenário a que nos referimos diz respeito aos fóruns que essa comunidade, fruto dessas instituições e também daquelas outras (IBGE e



Unidades Escolares), que juntas formavam as bases da chamada institucionalidade geográfica, já havia organizado e, de certa forma, fundamentado como os lugares de interseção da produção geográfica nacional.

Também merece destaque na reconstrução desse cenário a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que aparece nessa história como a instituição responsável pela organização dos Congressos de Geografia que conhecemos em nossas terras desde o século XIX, e que se fizeram presentes até meados do século XX. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro<sup>3</sup> realizou, entre 1909 e 1954, onze edições do Congresso Brasileiro de Geografia. No intervalo entre esses anos, a AGB foi fundada, ampliada e se “nacionalizou”, o curso de graduação em Geografia foi criado e se espalhou por mais de uma dezena de instituições no Brasil. Esse foi também um período de construção de uma comunidade de geógrafos no sentido mais definitivo do termo.

No início dos anos 1950, a AGB já existia formalmente com um Conselho Diretor Nacional, com duas Seções Regionais — São Paulo e no Rio de Janeiro, e com núcleos municipais que já davam bons sinais no Estado do Paraná, em Pernambuco e em Minas Gerais. Até o ano de 1954, a AGB, já havia realizado oito Assembleias Gerais Ordinárias, e que correspondiam até a presente data ao que havia de mais significativo em matéria de reunião da comunidade, quantitativa e qualitativamente representada.

Mas por que realizar um Congresso Brasileiro de Geógrafos, se já havia, na esfera de influência direta da AGB, as Assembleias Gerais Ordinárias, que permitiam o debate e a divulgação científica; e fora de sua influência direta, os Congressos Brasileiros de Geografia? Por que nomear como um Congresso de Geógrafos?

O professor Aroldo de Azevedo, um dos principais articuladores da AGB em São Paulo, e um dos mais contundentes defensores das instituições fundamentalmente geográficas, apresentou alguns desses motivos em seu discurso na abertura do I Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em 1954, na cidade de Ribeirão Preto — SP.

“Por que realizar um Congresso de Geógrafos, se já são realizados Congressos de Geografia, o último dos quais o XI, reuniu-se em Porto Alegre, em maio do corrente ano?”.

A resposta a esta pergunta é muito simples: em um Congresso de Geografia, tomam parte ativa todos quantos nele se inscrevem. Bastando que se interessem pelo seu sucesso, independentemente de sua especialização; geólogos ou economistas, matemáticos ou juristas, militares ou geógrafos profissionais, cirurgiões ou historiadores, sociólogos ou botânicos, odontologistas ou etnógrafos, químicos ou arquitetos, sumidades em qualquer ramo do saber humano ou simples curiosos, — todos, indistintamente, na medida de seus conhecimentos ou de sua audácia, podem oferecer sua contribuição, quer por meio de tese, quer através de seu voto em plenário. O resultado, como é de se esperar, nem sempre é muito lisonjeiro e a Geografia deixa de receber, por norma, o ambicionado número de contribuições realmente valiosas e verdadeiramente geográficas. A situação, muitas vezes, torna-se bastante delicada, porque os geógrafos presentes veem-se, com frequência, numa difícil encruzilhada: ou fechar os olhos e tapar os ouvidos, deixando que tudo seja aprovado, embora em desacordo com a própria consciência; ou agir com relativo rigor, numa tentativa de separar o joio do trigo, o que sempre traz contrariedades, quando não mágoas que ficam”.(AGB, 1954)



Dessa forma, entendiam aqueles que estavam à frente do Conselho Diretor da AGB e nas diretorias das Seções Regionais, e que de alguma compartilhavam em essência com professor Aroldo de Azevedo, que, de um lado, passados vinte anos de experiências em formação na área específica em Geografia, a realização de sete edições das Assembleias Gerais Ordinárias, e um processo de ampliação da presença da AGB na cena geográfica brasileira; e de outro lado, em oposição, às experiências de participação nos Congressos de Geografia organizados pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, já estava amadurecida e necessária a ideia de construir um grande eventos de afirmação da Geografia, pensada e produzida por geógrafos, por aqueles formados em Geografia e experimentados nos fóruns de debates da AGB.

“Muito pelo contrário, no Congresso que hoje inicia os seus trabalhos, são os Geógrafos, com voz ativa e dão a última palavra, não podendo jamais ser esquecido o ponto de vista, o interesse e a metodologia da Geografia. O Regulamento e Regimento Interno, em seu artigo 27, são bastante explícitos a este respeito, quando estabelecem que as teses e comunicações (levem, pelo menos: 1. apresentar inegável interesse geográfico; 2. resultar de trabalhos originais de pesquisa ou de interpretação). Com isso, não se cogita menosprezar ou negar o valor das contribuições dos que se dedicam às ciências com as quais a Geografia tem profundas e indissolúveis afinidades. O que se deseja é que tais contribuições sejam apresentadas em função do ponto de vista e do interesse da Geografia e não, exclusivamente, da especialidade de seu autor. Em última análise: o geógrafo deve sempre aparecer, venhamos nós a examinar um problema ligado ao quadro natural ou à paisagem criada pelo homem; porque, antes de tudo e acima de tudo, este é um Congresso de Geógrafos”. (AGB, 1954)

O professor Aroldo de Azevedo deixa bastante claro em suas palavras os motivos que levaram a construção do I CBG — garantia de um espaço específico dos geógrafos, onde a partir de seus trabalhos e contribuições poder-se-ia fazer a consolidação desse campo do conhecimento, além do claro reconhecimento daqueles que poderiam se aventurar na produção científica qualificada desse campo.

“(…) o Conselho Diretor da AGB, em reunião levada a efeito em janeiro do ano corrente, convocar o *Primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos*, isto é, um conclave de proporções mais amplas do que as costumeiras assembleias gerais, onde tomarão assento não apenas os sócios da AGB, mas todos quantos, no país, vêm-se dedicando a trabalhos realmente geográficos”. (Azevedo, 1953, p.76)

Terminada aquela jornada de dez dias, no distante mês de julho de 1954, a AGB e a Geografia brasileira não eram mais as mesmas de sua origem institucional, ou mesmo dos seus primeiros vinte anos de existência. O I CBG permitiu, conforme palavras do professor Aroldo de Azevedo (1954), pela primeira vez, em nosso país, reunir-se os mais legítimos expoentes da Geografia brasileira, visando estudar e debater problemas de caráter geral e regional.

Nesse período em questão, desenhado a partir da realização do I CBG, em 1954, vão se juntar outros importantes eventos e ações políticas que iniciam a AGB e a Geografia brasileira



em, diríamos, novos tempos. Terminado o CBG, foram iniciados os entendimentos para a organização do Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro, e como decorrência desse ambiente científico e político, a AGB mobilizou-se para a criação de uma Associação Latino Americana de Geógrafos; para a busca de uma sede própria e transformação da AGB em entidade de Utilidade Pública.

Num primeiro momento, o CBG teve como objetivo a afirmação da identidade de uma formação específica de um campo disciplinar. O período de realização das duas primeiras edições do CBG — 1954 e 1965, foi semelhante àquele definido por Monteiro (1980), no contexto dos estudos sobre a história do pensamento geográfico brasileiro, e, em especial, sobre a institucionalização universitária da geografia no Brasil, como “Caminho da Afirmação”, que foi o marco de transição da fase de formação para a de afirmação da ciência e da existência de uma comunidade ativa de geógrafos pesquisadores.

O debate de afirmação, primeiro como caminho, depois como identidade, vai, posteriormente, se apresentar mais detidamente no movimento em torno da regulamentação da profissão de geógrafo, que iniciado nos anos 1950, avança pela década seguinte até a efetiva apresentação de Projeto de Lei, em 1968.

O I CBG desempenhou papel crucial na afirmação da identidade de uma ciência, bem como na conformação de um certo campo científico e na formação da comunidade dessa ciência, permitindo que os pesquisadores estabelecessem relações e, assim, fortalecessem seu campo, onde o científico é entendido como uma arena competitiva na qual os pesquisadores lutam para estabelecer sua autoridade intelectual e legitimidade, mas também ajudam a estabelecer as hierarquias dentro do campo delimitado e a definir quais são os temas ou sujeitos mais importantes em um determinado momento.

Sem dúvida, o período que vai de 1945 a 1964, foi um momento de defesa do geógrafo como especialista e da Geografia como campo do conhecimento. Um possível diálogo desse momento com a Geografia do século XXI, poderia ser pensado através da necessidade contemporânea da ciência geográfica afirmar as suas espacialidades (ou especialidades) internas. O momento anterior, refletia a delimitação interna das ciências sociais e o momento atual, o processo que envolve o debate sobre especialização e/ou fragmentação da Geografia, verificando assim um processo de constituição de campos específicos e a introdução de termos que são debatidos até tempos atuais.

Nas palavras de Suertegaray (2017, p.97), “a fragmentação e a compartimentação não são novas na ciência, a fragmentação atual e a compartimentação que foi discutida, em fases anteriores da Geografia, são expressões diferentes”.

Sobre a antiguidade do tema na Geografia brasileira apresentada pela autora, podemos trazer como importante elemento histórico para o debate, o exemplo produzido no interior da AGB, na metade da década de 1950, quando, mais especificamente, 1956, em Assembleia Geral Ordinária, realizada no Rio de Janeiro, foi aprovada mudança na forma de organização das futuras assembleias, com a introdução de uma nova seção denominada “Simpósio”. Demandas já demonstradas anteriormente, indicavam a necessidade de reorientação acadêmica das AGOs, devendo torná-las “mais produtivas”<sup>4</sup> (sic!). Com a decisão, em 1957, foi realizado na XII



AGO, o Simpósio intitulado “Habitat Rural no Brasil”; em 1958, na XIII AGO, o Simpósio “O “Habitat” Urbano no Brasil: Problemas do Estudo das Metrôpoles”; em 1959, na XIV AGO, o Simpósio “Aspectos Geográficos do problema Agrário Brasileiro, Especialmente no Nordeste”. Os Simpósios seguiram em realização em anos posteriores, pelo menos em mais algumas edições.

Suertegaray (2017) completa, agora à luz do movimento de renovação crítica da Geografia, afirmando que, em contraposição a essa forma de análise discutiu-se a necessidade de uma análise mais totalizante.

“Para a Geografia Crítica, por exemplo, a totalidade não é tudo, nem a soma das partes, a totalidade é uma associação de diferentes dimensões envolvidas na explicação de um determinado objeto de pesquisa, portanto, articulada e dialética, ou seja, está em constante processo de transformação, portanto, em processo de totalização. Diante disso optamos por fazer referência a totalização, ou seja, entender essa busca como processo, aberto ao novo e à transformação”. (Suertegaray, 2017, p.97).

Godoy (2010, p. 147), completa a crítica de forma mais contundente, quando nos diz: “Por outro lado, submete-se ao mesmo golpe da especialização, incorrendo no reducionismo temático apresentado pelas disciplinas em seus contextos específicos, relacionados às mudanças de natureza institucional”.

Sem dúvida esse é um processo que necessita de nós maior atenção, destaque e profundidade no debate e na análise. Enfim, o que a Geografia é? Especialização/fragmentação/compartimentação/totalidade, são elementos de aprofundamento necessários, mas esse é um debate para outra oportunidade.

## **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS (ENG) — A COMUNIDADE EM AMPLIAÇÃO, AGORA É NACIONAL**

Se o período histórico anterior, onde aconteceu a transição das Assembleias Gerais Ordinárias (AGOs) para o Congresso Brasileiro de Geógrafos se desenvolveu sob o manto de governos democráticos, o mesmo não podemos afirmar do momento que vamos tratar daqui para frente, em outras palavras, de 1964 até 1985 o Brasil viveu uma ditadura, fruto de um golpe civil-militar. A partir dos estudos de Elio Gaspari (2002) é possível periodizar a ditadura militar em distintos momentos: de 1964 a 1967, a intenção de uma ditadura por um curto tempo; de 1967 a 1968, tentativa de manutenção de um governo em um sistema constitucional; de 1968 a 1974 o Brasil viveu a “ditadura escancarada”; e de 1974 a 1979, desse mesmo regime ditatorial, começou a sair - “ditadura envergonhada”.

Contraditoriamente ou não, no início da década de 1970, mas precisamente em 1972, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) dará início a realização do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), e que a partir de 1978, determinaria a experiência democrática mais plena que essa instituição conseguiu engendrar. Categoricamente, não temos condições de responder



se o movimento de abertura iniciado na entidade com os ENGs foi uma reação ao contexto histórico — “a ditadura escancarada” e, por isso, ajudava a pavimentar o caminho para a “ditadura envergonhada”. Sem dúvida do ponto de vista lógico cognitivo as peças encaixam, mas precisamos inquirir um pouco mais os documentos, ações e movimentos. Nesses termos, vamos ao que é possível afirmar, as dúvidas nos movem.

No movimento de transformações ocorridas na AGB e implementadas pelas reformas estatutárias, a dinâmica dos eventos foi, sem dúvida, um dos pontos altos e importantes. Desse movimento de mudanças nasceu o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG).

A expansão das universidades brasileiras — públicas e privadas — e, conseqüentemente, a criação de novos e diversos cursos de Geografia trouxeram como consequência positiva o substancial aumento do número de estudantes e profissionais de Geografia. Ao mesmo tempo, um potencial quadro associativo da AGB também se ampliava. Essas mudanças na universidade e na Geografia já eram sentidas pelo Conselho Diretor da AGB na gestão 1970 – 1972. Na introdução dos Anais do I ENG, a Direção da AGB apresenta argumentos sobre as mudanças que haviam acabado de vivenciar.

“Desta maneira, as antigas assembleias, que relevante papel desempenharam na evolução da geografia em nosso país, poderiam agora exercer função inversa, contribuindo para um absurdo retrocesso que acabaria por provocar, inclusive, o estrangulamento da própria AGB”. (AGB, 1973, p.12–13)

“(…) realizaria reunião de repercussão nacional, e por isso mesmo aberta a todos aqueles que desejassem participar(…)” (AGB, 1973, p.12)

O primeiro Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) foi realizado na cidade de Presidente Prudente, SP, no período de 1 a 8 de junho de 1972 e constituiu a primeira grande reunião de profissionais e estudantes de Geografia após a reforma estatutária de 1970, reunindo mais de 600 participantes, de várias partes do país, diferenciando-se de maneira significativa das antigas Assembleias, que nos seus mais expressivos momentos, não chegavam reunir uma centena de associados.

O I ENG também foi um marco importante no debate sobre o ensino de Geografia na educação básica (ou, na nomenclatura da época — 1º e 2º graus). No encontro, foi produzido um documento subscrito por mais de trezentos professores e professoras de Geografia, alertando as autoridades competentes sobre os prejuízos para a formação de crianças e jovens, às estruturas universitárias, aos cursos de graduação e às organizações científicas geográficas. Isso ocorreu em função da contínua desvalorização do ensino de Geografia, ao nível dos então 1º e 2º graus, em consequência da distorção da interpretação da lei 5.692/71, e sobretudo, com a fusão da Geografia com outras disciplinas, a sua substituição pelo denominado Estudos Sociais, bem como a redução dos cursos universitários que formam docentes e pesquisadores no campo da ciência geográfica. O tema mobilizou a Geografia brasileira mais intensamente a partir do início da década de 1980, e terá seu ponto máximo com a criação do I Encontro Nacional de Ensino de Geografia, ao final da mesma década.



O I ENG foi um importante divisor de águas para a AGB e para a Geografia, embora a Associação ainda não fosse a concretização de um democrático projeto de entidade, o que só sete anos mais tarde iria acontecer, e seu tema e programação fossem um reflexo direto do momento político autoritário e antidemocrático vivido no Brasil, e espelho do conservadorismo que dominava parte importante da ciência geográfica. A linha divisória fez correr as águas para lados diferentes, e aquele volume que correu para a direção da construção de um projeto de associação, ciência e universidade efetivamente democráticos, foi se juntando na represa curso abaixo, e que acumuladas em força, volume e energia, rompeu as estruturas autoritárias para se transformar no movimento de renovação crítica da Geografia brasileira. Se o I ENG não foi o ensaio para a renovação, foi a abertura de portas que não puderam mais ser fechadas. Se o I ENG não foi nem de longe o palco para a renovação crítica, aqueles que a fariam já se aventuravam em presença, mesmo que nas últimas fileiras.

### **ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA — “FALA PROFESSOR”: EM MEIO A RENOVAÇÃO, ENFIM O ENSINO GANHA CENTRALIDADE**

Na década de 1980, é possível identificar um conjunto amplo de eventos que, ao serem tomados em um quadro mais amplo, permitem identificar uma conjuntura específica para a comunidade geográfica brasileira. No seu todo ajudam a compor um painel repleto de acontecimentos importantes para a Geografia brasileira, pela conjugação de alguns fatores institucionais e, principalmente, por ser este um momento de amadurecimento de um discurso próprio da Geografia que se ensina (França Filho, 2019).

Nesse painel, podemos relacionar dois momentos fundamentais para a composição de uma cronologia. O primeiro momento aparece associado à Assembleia Estatutária da AGB de 1979, o segundo por sua vez, tem seu término por volta de 1986, ano em que ocorre o VI ENG, na cidade de Campo Grande-MS.

Nossa justificativa para tais afirmações provém dos seguintes argumentos. Do ponto de vista institucional, a disputa com o Estado tanto quanto à questão da formação do professor em termos formais, como na polêmica dos Estudos Sociais, encerra uma etapa de enfrentamento e tensão no que diz respeito à retomada dos currículos de Geografia nas redes de ensino. Paralelamente, temos a polêmica quanto à formação de professores na graduação com o caso da comissão MEC/SESu, envolvendo setores da comunidade geográfica dentro e fora da AGB (França Filho, 2019).

As tensões ali surgidas, de alguma maneira, sinalizam para tensões que virão à tona no ENG de 1986, ao mesmo tempo que se tem a gênese do Encontro Nacional de Ensino de Geografia, o chamado Fala Professor. Por fim, destacamos também o processo de discussão acerca do currículo de Geografia no Estado de São Paulo. Ele origina a Proposta da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), considerada um marco na história mais recente do ensino de Geografia, não apenas pelo aspecto curricular, mas por se tratar de um dos aspectos fundamentais de legitimação da chamada “Geografia Crítica” no movimento de Renovação.



A AGB como espaço de militância e de formação docente tem um conjunto de antecedentes, de eventos realizados pelas Seções Locais, que vão acumular energia, força teórica e política, culminando na realização do I Fala Professor - Encontro Nacional de Ensino de Geografia (França Filho, 2019). De 1980 a 1983, a AGB-Porto Alegre realizou três Encontros Regionais de Professores Universitários de Geografia, respectivamente em Caxias do Sul, Santa Maria, Porto Alegre e Passo Fundo. De 1981 a 1983, a Seção também realizou os Encontros Regionais de Professores de Geografia de 1º e 2º graus nas cidades de Ijuí, Porto Alegre e Passo Fundo. Por fim, a partir de 1985, seus membros passam a organizar os Encontros Regionais de Professores de Geografia.

Em outras regiões do país, também podemos encontrar seções da AGB que no esforço conjugado da entidade realizam ações de debate e mobilização. Em Goiás, a AGB-Goiânia realizou eventos envolvendo a temática do ensino de Geografia, em período anterior ao advento do I “Fala Professor”. Em 1983, organizou e realizou no I Encontro Goianense de Geografia, com espaços específicos para a discussão acerca de temas sobre a questão curricular e o livro didático.

Em 1984, a AGB-Salvador também realizou cursos de atualização de professores, com destaque para os temas: O ensino de Geografia nos diversos níveis; A crise Educacional Brasileira; A Função Social do Educador; A Escola e o Ensino de Geografia; A Geografia na sala de Aula; Socialização de Experiências — o Professor como Profissional. A Seção também discutiu a questão do ensino em seus eventos locais, como o II Encontro Baiano de Geografia, realizado em maio de 1986, onde se fizeram presentes temas como: política Educacional no Brasil; Currículo e formação dos profissionais em Geografia; A Questão do livro didático; currículos de geografia nos 1º e 2º. Graus; A Ideologia na Geografia que se ensina; e O Ensino de Geografia e a questão ambiental.

A AGB São Paulo, em 1983, no mesmo ritmo e tendência das Seções anteriormente citadas, também realizou encontro de professores de Geografia.

É nesse ambiente, com as repercussões dos encontros realizados pelas Seções Locais, e reforçado pelo pensamento geral instaurado que durante a 34ª Assembleia Geral Ordinária da AGB, ocorrida no VI Encontro Nacional de Geógrafos, realizado na cidade de Campo Grande — MS, em 1986, é deliberado a criação de encontros mais frequentes da entidade para dar vazão à discussão de assuntos urgentes ou temáticos, de interesse geral da categoria.

Como consequência, temos, inclusive, a criação de fóruns específicos para a discussão acerca do ensino, que aparecem como reflexo da conjuntura até então instalada. A totalidade dessas ações da AGB na sua ação como correia de transmissão de ideias e de atividade política, articulada com a situação nacional de saída da ditadura civil-militar, e que trazia no seu bojo a tensão sobre o papel social da Geografia que se Ensina forçava a comunidade geográfica a se debruçar sobre esse item de pauta. Portanto, a criar deliberação que desse cabo das demandas ali postas. Não à toa, nos Anais do I Fala Professor, de 1987, a avaliação comum era de que “a situação do Ensino de Geografia no País, que exigia conhecimento mais aprofundado e questionamento melhor fundamentados, foi, à época, eleita como prioritária.” (AGB: 1989)<sup>2</sup>



A realização do 1º Encontro Nacional de Ensino de Geografia — “Fala Professor”, em julho de 1987, em Brasília — DF, neste aspecto, pode ser considerada como um marco para a categoria. O aspecto decisivo neste novo fórum que a AGB construía era a necessária conjugação entre o debate científico-acadêmico e sua localização entre as demandas da sociedade brasileira. Debater e elaborar estratégias capazes de transformar o ensino de Geografia do 1º e 2º graus, só poderiam fazer sentido a partir do pressuposto de uma ciência geográfica que estivesse em mínima sintonia com um Brasil que buscava naquele momento construir um novo projeto de país.

No processo de elaboração do encontro, entre os anos de 1986 e 1987, existiram alguns aspectos que consideramos indispensáveis para compreender a sua evolução desde Brasília até hoje. O primeiro diz respeito à própria nomeação que o evento teria. Obviamente, em função de um encontro construído para os professores, as propostas iniciais surgiam em torno de um Encontro Nacional de Professores de Geografia. Porém, a partir dos debates internos da AGB, o título foi modificado para o de ENEGE – Encontro Nacional de Ensino de Geografia.

Neste ponto, torna-se fundamental distinguirmos uma das principais características do funcionamento da AGB pós-1978 - a enorme diversidade de tendências e posicionamentos internos à entidade, traço marcante que subsiste até hoje, diferentemente dos anos anteriores à reforma estatutária ocorrida em 1979.

Conforme Moreira (2007), em sinal de discordância à decisão votada do nome do evento, surge o jargão do *Fala Professor* elaborado pelo grupo de agebeanos do Rio de Janeiro como contraponto. Desta forma, garantiu-se o perfil do encontro como um espaço privilegiado feito para os professores “falarem” e participarem da sua construção. Será o “espírito” oferecido pelo nome de *Fala Professor*, o grande princípio orientador de seu surgimento.

Portanto, temos uma conjuntura única, pois se somam a estrutura renovada da AGB juntamente e a sua ligação direta com essas entidades representativas dos professores, o próprio movimento da época de ampla crítica na transição política no Brasil, da saída da ditadura sob guarda de governos militares para a presença de um governo civil eleito indiretamente e, de forma mais específica, à política de educação e a discussão interna dos geógrafos e geógrafas acerca do perfil ideológico da geografia escolar, tendo Yves Lacoste (A Geografia — isso serve antes e mais nada para fazer a guerra) como grande provocador, necessitando de uma reelaboração que visasse contribuir como instrumento de luta para as melhorias da sociedade.

É, portanto, neste momento da década de 1980, o momento em que a crítica contundente se faz à geografia que se ensina, sobretudo, pelo discurso que exigia enxergar o ensino de geografia como instrumento de ação e de luta da classe trabalhadora, o mote principal dos geógrafos desse momento.

“Pensamos que a Geografia deve ter um entendimento ecológico das escalas de observação para superar tais dicotomias, compreendendo, por exemplo, a atividade didática da Geografia como tática de organização do espaço e, portanto, como pura Geografia” (AGB-Niterói, 1982, p. 2).



De modo especial, a abertura aos professores de dentro da AGB, motivam o surgimento de novas demandas na entidade. Os motivos para isso são destacados por Paganelli (1999) e (Pontuschka, 2007)

“(…) a parte da educação sempre ficava em segundo plano, a discussão da Licenciatura dentro da AGB, nos Encontros Nacionais. (...) A participação dos professores foi tão grande que foi necessário um encontro específico de professores, o Fala Professor de Brasília de 1987, um grande encontro de professores. E a partir daí, houve uma divisão onde você tinha o seguinte: o Fala Professor, onde os professores e alguns geógrafos às vezes participavam, alguns participavam, e os Encontros Nacionais” (Paganelli, 1999).

“Nessa mesma época, a Associação dos Geógrafos Brasileiros teve papel fundamental na promoção de encontros com o objetivo principal de pensar o ensino de geografia no país. O objetivo seria atingir os docentes das escolas de 1º, 2º, e 3º. Graus, descobrindo meios para minimizar a distância do ensino de geografia em relação à realidade social, política e econômica do país e conseguir a maior participação dos docentes das escolas públicas de 1º. e 2º. Graus nos debates que se realizavam no âmbito da universidade” (Pontuschka, 2007, p. 127).

Assim, o renascimento do movimento sindical se apresenta envolvendo as novas categorias assalariadas, inclusive a dos docentes da educação básica e do ensino superior, que passaram a organizar, por todo país, suas entidades de classe e com isso impactando diretamente a AGB. O que estava em jogo naquele momento era a reorganização dos trabalhadores e a luta contra as consequências na vida desses trabalhadores, inclusive os da educação, nos longos anos das políticas econômicas da ditadura. Nos anos que se seguiram ao processo de abertura política no Brasil foi possível perceber essa mudança de posicionamento dos educadores, e é o que destaca Arroyo (1980).

“(…) A organização do trabalho educativo em bases empresariais levou os ordeiros professores públicos a se sentirem não servidores públicos, mas força de trabalho vendida a um patrão chamado Estado. Este dado novo acrescenta um elemento importantíssimo na configuração da educação e na definição de seus rumos”. (Arroyo, 1980, p.17)

A construção e a reformulação dos fóruns próprios de resistência definiram os trabalhadores da educação nesse embate, e as manifestações públicas em eventos científicos ou classistas, começaram a ficar mais frequentes – e isso vai acontecer com a AGB e seus principais eventos.

Posteriormente, o Fala Professor irá tomar aspectos de um encontro majoritariamente universitário, reduzindo paulatinamente a participação de professores da escola básica, com exceção daqueles que mantêm algum tipo de vínculo com a universidade. (França Filho, Antunes e Fernandes, 2015).

A organização do Fala Professor se mostrou indiscutivelmente como reflexo das mudanças trazidas pela Renovação Crítica, seja por evidenciar a necessidade de se repensar a geografia que se ensina, seja por possibilitar a articulação dos resultados dessas discussões com a atividade política. Observar, refletir e avançar a partir dessas ações realizadas pelos geógrafos



na Renovação e no Fala Professor compete a nós na construção de uma Geografia como instrumento de transformação do homem e do espaço em que ele vive.

## CONCLUSÃO

A história é uma construção humana que surge da interação entre a experiência individual e coletiva do tempo, no espaço, e a estruturação social e cultural de uma determinada sociedade. Moldando a forma como os eventos são interpretados, o tempo histórico, dá significado às ações humanas e influencia a formação de identidades individuais e coletivas.

A combinação dos acontecimentos históricos ao longo dos anos, que se alimentam — transformações na sociedade brasileira e as transformações na forma de ser/estar da AGB, vão fazer na associação um interessante movimento de organização dos associados — profissionais e estudantes e que passam a visualizar de forma possível e concreta as relações entre política e ciência, luta e geografia, pesquisa e transformação social materializadas na associação e em seus eventos.

As mudanças das formas de organização da entidade, as formas organizativas propostas para agregar e articular a comunidade, e principalmente sua democratização vão fazer dos Encontros da AGB, eventos mais expressivos, mais significativos em seu conteúdo político, onde o caráter acadêmico não só deixa de ser exclusivo como também se transforma rumo à crítica mais profunda do seu pensar/fazer.

Ler, analisar, interpretar, compreender, a história de uma ciência como a Geografia, é fazê-la através da história de acontecimentos, ações e movimentos de sua própria comunidade, e nesse caso, especialmente através da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). A AGB, talvez seja na história recente das ciências, em especial nas chamadas ciências humanas, a associação científica de maior participação no processo de consolidação de uma ciência e sua comunidade, com repercussões estruturais, políticas e acadêmicas. Desta forma, os eventos científicos ganham uma dimensão estruturantes nesse fazer e em sua análise/interpretação.

Retomando nossas palavras iniciais - a história da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), também é a história de realização de seus eventos. A história dos eventos é também a história da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e ao final, por consequência, da própria Geografia brasileira.

## NOTAS

1 - Aqui tratados amplamente em sua intitulação como congressos, e assim incorporando outras dinâmicas de organização, como: simpósios, encontros, etc.

2- Desde o Império os franceses realizam as “Missões Francesas”, e encaminham seus intelectuais para o Brasil com base em diferentes interesses. Entre os intelectuais, podemos destacar os pintores Jean-Baptiste Debret (1768–1848) e Nicolas-Antoine Taunay (1755–1830). Com a decisão da elite paulistana de criar a Universidade de São Paulo (USP) em 1934, os franceses, novamente foram acionados para trazer seus jovens professores para fundar os cursos de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências. Nesse momento, década de 1930, coube a George Dumas aceitar a indicação de Henry Hauser e trazer para o Brasil o jovem Pierre Monbeig (1908–1987). Antes de P. Monbeig, já havia chegado ao Brasil, Pierre Deffontaines (1894–1978) que passou um tempo em São Paulo, sendo responsável pela fundação do curso de Geografia e pela criação da AGB,



e depois foi para o Rio de Janeiro fundar o mesmo curso na Universidade do Distrito Federal (UDF). Ver: Fernandes (2008).

3- Sobre a dinâmica interna e externa das Sociedades de Geografia, observar o trabalho de Cristina Pessanha Mary (2010)

4- Termo presente na Ata da assembleia em questão, com o qual temos divergências e críticas, uma vez que denota um certo juízo desqualificador da produção acadêmica de então, além de perspectiva estratificadora do conhecimento, e conservadora do sentido da assembleia.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; ANTUNES, Charles da França. Association of Brazilian Geographers (AGB): The Construction of a Geography of Struggle. In: Rubén C. Lois González; Marco Antonio Mitidiero Junior. (Org.). Brazilian Geography. 1ed. Singapore: Springer, 2022, v. 1, p. 150–172.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS-NITERÓI. Introdução. Caderno de Textos, Niterói: AGB-Niterói, n. 1, 1982.

ANAIS do 1º Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor. Brasília, AGB, 1987.

ANAIS do I Congresso Brasileiros de Geógrafos, AGB, 1954.

ANAIS da II Assembleia Geral Ordinária, AGB, 1946.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia — ciência da sociedade: uma introdução... São Paulo: Atlas, 1987

ANTUNES, Charles da França. Os Estudantes e a Construção da Geografia Brasileira: um encontro nos Encontros Nacionais de Estudantes de Geografia (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

ANTUNES, Charles da França & SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Os Estudantes, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Movimento de Renovação Crítica da Geografia Brasileira In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.º 88, 2008.

ANTUNES, Charles da França; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O Bom da História: reflexões sobre a escola em movimento estudantil In: Revista Fluminense de Geografia, AGB-Niterói, Niterói, 2005.

ARROYO, Miguel G.. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?. Educação & Sociedade (Impresso), N. 5 v. 2, p. 5-23, janeiro 1980.

AZEVEDO, Aroldo de – A geografia francesa e a geração dos anos setenta. São Paulo: AGB, seção de São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, n° 50, pp. 7-28, março de 1976.

BERDOULAY, Vincent. A Abordagem Contextual In: Revista Espaço e Cultura (UERJ), v. 16, p. 47–56, jul/dez., 2003.

\_\_\_\_\_. A Escola Francesa de Geografia: uma abordagem contextual. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2017.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRAUDEL, Fernand. Escritos Sobre a História. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007

ELIAS. Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1994.



FIGUERÔA, Silvia. As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875–1934. São Paulo: Hucitec, 1997.

FERNANDES, Felipe Moura. Os Annales de Geografia e a Geografia dos Annales em Pierre Monbeig. Dissertação de Mestrado em História Social do Território. Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2008.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. A Geografia que se Ensina nos anos 1980: uma programática do movimento de Renovação da Geografia. 2018. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de; ANTUNES, Charles da França; FERNANDES, Felipe Moura. A Construção do Fala Professor como fórum dos professores de Geografia: o ensino como pauta prioritária no movimento de renovação. In: SACRAMENTO, Ana Claudia; ANTUNES, Charles da França; SANTANA FILHO, Manuel Martins. Ensino de Geografia: produção do espaço e processos formativos. Rio de Janeiro, Consequência, 2015. p. 341-368.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODOY, Paulo R. Teixeira de. (Org) História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 289 p.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2012.

MARY, Cristina Pessanha. Geografias Pátrias: Brasil e Portugal - 1875–1889. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MULLER, Nice Lecocq. Aspectos da vida da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Boletim Paulista de Geografia, nº 38, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros-Seção Regional de São Paulo, 1961.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. “A Ciência Geográfica e a Construção do Brasil”. In: Revista Terra Livre, n.15. São Paulo: AGB, 2000.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Debate contemporâneo: Geografias ou Geografia? Fragmentação ou Totalização? Reista GEOgraphia, Niterói, vol. 19, n. 40, 2017: mai/ago.

#### **Depoimentos Obtidos:**

Carlos Walter Porto Gonçalves

Ruy Moreira

Tomoko Yida Paganelli

#### **Fontes**

Documentos

Imagens



## COMO CITAR ESTE TRABALHO

ANTUNES, Charles da França; FILHO, Astrogildo Luiz de França; FERNANDES, Felipe Moura. A Associação dos Geógrafos Brasileiros e seus encontros: da Assembleia Geral Ordinária ao “Fala Professor(a)”- Formação da comunidade, afirmação de identidade e definição de projeto político. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 19, n. 2, p. 265-284, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2023.77396>. Acesso em: DD MM. AAAA.